

98906-2004-014-09-00-1 - 3A. TURMA

Relator: PAULO RICARDO POZZOLO

Publicado no DJPR em 17-01-2006

TUTELA INIBITÓRIA COLETIVA. LEGITIMIDADE AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - O Ministério Público do Trabalho tem legitimidade *ad causam* para invocar a tutela inibitória coletiva, veiculada em ação civil pública, para **impedir que as empresas se utilizem de banco de dados, tomem ou prestem informações criminais relativas a empregados ou candidatos a emprego ou de exigir desses certidões, atestados ou quaisquer informações sobre os antecedentes criminais fora das hipóteses taxativamente previstas em lei**. Aquele que cumpriu a pena deve ser reintegrado e não excluído da sociedade, possibilitando-lhe a concorrência em igualdade de condições com os demais candidatos às vagas de emprego.

TRT-PR 98901-2006-019-09-00-2 – 1ª TURMA

Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES

Publicado no DJPR em 12-06-2007

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERESSE PROCESSUAL. TUTELA INIBITÓRIA.

A efetividade da tutela jurisdicional comandada pela Constituição Federal (art. 5º, XXXV), mormente quando em apreço direitos transindividuais de magnitude social, impõe a projeção de obrigações de fazer e não-fazer (tutela inibitória) **para o futuro, sem que se cogite de sentença condicional ou abstrata. A futuridade ínsita à tutela inibitória não equivale à falta de interesse processual, na medida em que prescinde do efetivo dano, bastando a probabilidade da conduta contrária ao direito**. No caso, evidencia-se interesse processual do Ministério Público do Trabalho na tutela inibitória contra a utilização temerária do instituto de **comissões de conciliação prévia** pelos Réus, de forma contrária aos ditames legais e em prejuízo aos direitos dos trabalhadores e ao erário público (FGTS e seguro desemprego). Tratando-se de obrigações dirigidas em face dos Réus e com projeção para o futuro, o fato destes terem denunciados os acordos e convenções coletivas que instituíam as comissões de conciliação prévia existentes à época do ajuizamento da demanda não descaracteriza o interesse processual, visto que persistem tais obrigações mesmo em face de novas comissões a serem instituídas pelos entes coletivos demandados. Recurso Ordinário do Autor a que se dá provimento.

98922-2005-007-09-00-7 – 2ª TURMA

Relator: PAULO RICARDO POZZOLO

Publicado no DJPR em 25-09-2007

TUTELA INIBITÓRIA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. A tutela inibitória é aquela que visa à prevenção da prática, da repetição ou da continuação de uma conduta antijurídica, ilícita ou danosa, positiva ou negativa, contratual ou extracontratual. No presente caso, a tutela inibitória positiva visa evitar a omissão futura de o Reclamado descumprir a lei 10.097/2000, ou seja, o Ministério Público do Trabalho, no exercício de ação civil pública, cumprindo o seu sacerdócio constitucional, postulou que o Reclamado - que deve atender também a sua função social -, cumpra a legislação do trabalho com nítido caráter social, contratando menores aprendizes para que aprendam um ofício e se integrem ao mercado de trabalho.

98918-2006-014-09-00-8 – 1ª TURMA

Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES

Publicado no DJPR em 29-08-2008

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. PARTIDOS POLÍTICOS. PROIBIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA INFANTIL.

No caso em exame se trata de atender a provimento jurisdicional específico, alcunhado pela doutrina de tutela inibitória, com vistas a inibir futura prática de ilícito. É próprio desta tutela a coerção através de provimento jurisdicional para que os demandados cumpram os ditames legais, evitando ou cessando a lesão a direitos. **A consagração da chamada tutela inibitória, como corolário da efetividade da prestação jurisdicional (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal), põe em relevo o ato contrário ao direito, sem se limitar à existência ou probabilidade de dano.** "In casu", é certo que o Recorrente refuta categoricamente a utilização de trabalho infantil em suas campanhas políticas, contudo, deve ser observado que a presente ação não foi promovida exclusivamente em face do Partido Democrático Trabalhista, e sim contra todos os partidos políticos que, de uma forma ou de outra, deixaram de se compor com o Órgão Ministerial, não existindo, quando do ajuizamento da ação, acusação formal ou informal de que o Recorrente estaria se utilizando de práticas ilegais. Na verdade, a iniciativa do Ministério Público do Trabalho move-se ante a conformidade legal que proíbe qualquer modalidade de trabalho na condenável utilização de crianças e adolescentes para os mais diversos labores. **Não obstante a negativa de todos os partidos políticos, a exploração do trabalho infantil nas campanhas políticas é fato notório, bastando observar nos principais cruzamentos viários de nossas cidades as fisionomias pueris dos jovens que lá se postam exibindo faixas, cartazes e folhetos. Assim, a condenação em obrigação de fazer e de não fazer, nos moldes pleiteados na inicial, afigura-se acertada, sendo uma forma de se buscar dar efetividade à proteção prevista para as crianças e adolescentes no ordenamento jurídico.** Recurso do Réu a que se nega provimento, neste particular.

00199-2009-657-09-00-3 – 4ª TURMA

Relatora: SUELI GIL EL-RAFIHI

Publicado no DEJT em 28-09-2010

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ. TUTELA INIBITÓRIA. A tutela jurisdicional postulada pelo MPT não se volta à mera contratação casuística de trabalhador aprendiz pela Ré, mas sim à continuada observância da cota legal do art. 429 da CLT. O ordenamento jurídico defendido pelo MPT deve ser respeitado continuamente, e não apenas quando a empresa Ré é citada em uma ação coletiva. A tutela pleiteada é inibitória (art. 84, CDC, e art. 461, CPC), ou seja, direciona-se à observância ininterrupta das normas trabalhistas pela empresa, através da imposição judicial de obrigação de fazer (manutenção de contratos de aprendizagem dentro da cota legal). Se o Poder Judiciário não outorgar um provimento direcionado ao futuro, nada impedirá a reiteração da conduta ilícita do empregador. Recurso a que se dá provimento.

21936-2009-012-09-00-1-ACO-00988-2011 – 4ª TURMA

Relator: LUIZ CELSO NAPP

Publicado no DEJT em 21-01-2011

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA. TUTELA INIBITÓRIA. A tutela do ordenamento jurídico, no âmbito da Ação Civil Pública, não se limita a afastar a lesão já consumada aos direitos e interesses metaindividuais trabalhistas, mas igualmente impedir a reiteração da conduta ilícita pelo empregador. Caso o Poder Judiciário não outorgue um provimento preventivo e direcionado ao futuro, afastando a ameaça concreta de lesão a direitos fundamentais trabalhistas (art. 5º, XXXV, CF), nada impedirá que a empresa utilize-se novamente da intermediação ilegal de mão-de-obra, o que é incompatível com a relevância dos direitos tutelados coletivamente. Recurso a que se dá provimento.

02672-2011-325-09-00-2 – 2ª. TURMA

Relator: LUIZ ALVES

Publicado no DEJT em 21-08-2012

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. PORTAS DE SEGURANÇA EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS. DANO MORAL COLETIVO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO MESMO QUE CUMPRIDA A OBRIGAÇÃO EM SEDE DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. A inobservância da legislação que garante a instalação de portas de segurança em estabelecimentos

bancários por mais de quinze anos gera dano moral coletivo, porque colocou em risco a vida e saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, não há que se falar em prova do prejuízo para a configuração do dano moral coletivo. A certeza do dano emerge objetiva e diretamente do evento causador. **Mesmo que cumprida a obrigação antes do julgamento, o pedido deve ser acolhido, sendo inapropriada a rejeição por falta de objeto.**